

MODOS DE VIDA E TERRITÓRIOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

Guilherme Paim Mascarenhas¹; Fernanda Fernandes Gurgel²

(¹*Faculdade Evolução, guilhermep.mascarenhas@outlook.com*; ²*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fernandafgurgel@hotmail.com*)

Resumo: Introdução: A diversidade da produção de modos de vida se dá como produção de territórios, numa dinâmica que implica a interação entre pessoas e ambientes, e mediada por aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e subjetivos, que colocam em tensão elementos de apropriação e de dominação diversos. O contexto do semiárido, que abarca a maior parte da região Nordeste, é atravessado pelo fenômeno socioambiental da seca, mas também pela diversidade social, ambiental e cultural. Objetivo: Este ensaio pretende evidenciar as possibilidades de participação da Psicologia Ambiental nos estudos sobre contextos rurais, mais especificamente sobre o fenômeno da seca e sua dinâmica territorial, destacando os principais conceitos e debates realizados acerca dos aspectos psicossociais implicados. Metodologia: Para desenvolver esse trabalho, optou-se pelo método de pesquisa bibliográfica de cunho narrativo. Resultados e Discussão: De modo hegemônico, a Psicologia tem voltado sua atenção para aspectos da experiência humana nas cidades. Porém, a interiorização da profissão no país tem possibilitado que esses profissionais entrem em cidades de pequeno e médio porte, que se aproximam de uma realidade periurbana (SILVA; TASSARA, 2014), próxima geográfica e ideologicamente da rural (LEITE et al., 2013; SILVA; MACEDO, 2017). No contexto de disputa dos hidroterritórios do semiárido (PIRES; FERREIRA, 2012; TORRES; VIANNA, 2008), evidencia-se que esta dominação é exercida por uma pequena parcela da população, acelerando, assim, “o processo de alienação dos espaços e dos homens” (SANTOS, 1998, p. 18). Para além de suas características físicas, o ambiente é impregnado de significados socioculturais e pessoais. Trata-se, então, de considerar que os diferentes modos de viver são também diferentes modos de produzir, habitar e significar os espaços. Nesse sentido, as disputas pelos territórios vão além da questão do domínio espacial; mesmo que de forma indireta, disputam-se possibilidades de modos de vida; possibilidades de humanidade. Considerações finais: O semiárido brasileiro é diverso, portanto, os estudos da relação pessoa-ambiente devem considerar essa variedade, principalmente, pela carência de produções sobre o meio rural. Nota-se também que a categoria território contribui com os estudos das relações pessoa-ambiente por trazer os atravessamentos da dimensão política, econômica e cultural, o que implica abarcar a totalidade dos fenômenos.

Palavras-chave: semiárido; seca; psicologia ambiental; território.

Introdução

Este ensaio pretende evidenciar as possibilidades de participação da Psicologia Ambiental nos estudos sobre contextos rurais, mais especificamente sobre o fenômeno da seca e sua dinâmica territorial, destacando os principais conceitos e debates realizados acerca dos aspectos psicossociais implicados. Para desenvolver esse trabalho, optou-se pelo método de pesquisa bibliográfica de cunho narrativo. Este tipo de pesquisa difere da pesquisa bibliográfica sistemática por não estruturar as buscas com critérios objetivos anteriores (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Assim, o método da pesquisa bibliográfica narrativa tem caráter exploratório e apoia-se na análise qualitativa das fontes de referência, dependendo, neste caso, dos conhecimentos acumulados pelo pesquisador que seleciona o material encontrado.

A psicologia e os modos de vida humanos

A Psicologia Ambiental, disciplina que se insere no campo de estudos das relações pessoa-ambiente, parte do princípio que as experiências dos agrupamentos humanos são indissociáveis dos espaços que tais experiências acontecem. Nesse sentido, na medida em que o ser humano modifica seu ambiente, ele é também modificado e vice versa (WIESENFELD, 2005). Essa área de estudos acrescenta às discussões da psicologia a dimensão espacial como parte integrante dos fenômenos psicossociais. Para explicá-los, são considerados quatro eixos: o do fenômeno, o do ambiente, o das pessoas/grupos e o tempo (MOORE, 1984).

Percebe-se, dessa maneira, que os espaços vivenciados pelos seres humanos, mesmo os considerados naturais, não se resumem às suas características físicas. Ao experienciar as

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

espacialidades, os seres humanos as embebem de significados e ao mesmo tempo, constituem-se por elas. Cria-se, nessa direção, diferentes modos de vida que se definem a partir das histórias desenvolvidas com e no ambiente.

O processo no qual os sujeitos metamorfoseiam o ambiente na dimensão material e simbólica é ativo e é assim que ocorrer sua *apropriação* (POL, 1996; VIDAL; POL, 2006). A partir do momento em que os significados sobre um ambiente são formados, os espaços deixam de ser algo genérico e se tornam *lugar*; ambiente singular e objeto de afeto. A magnitude dos vínculos gerados depende da qualidade das relações estabelecidas com e no ambiente. O *apego ao lugar*, conceito amplamente trabalhado no campo dos estudos da relação pessoa-ambiente, tenta traduzir a ligação que por vezes surge entre os sujeitos e os espaços (ALTMAN; LOW, 1992). Dessa associação, pode ser desenvolvida autoidentificação com os elementos ambientais que, introjetados, farão parte do self. Emerge, assim, outro fenômeno nomeado de *identidade de lugar* (PROSHANSKY; FABIAN; KAMINOFF, 1983). Esse conceito diz respeito a uma estrutura dinâmica que autodefine a pessoa ou grupo em relação às características ambientais. É importante ressaltar que a vinculação e a autoidentificação são processos complexos e dinâmicos e são derivações do processo de apropriação das espacialidades por parte sujeito ou grupo. Por ser um fator central para compreender a relação pessoa-ambiente, devemos nos questionar de que modo ocorre a dinâmica de apropriação em nossa sociedade.

No modo de produção capitalista, como sinaliza Lefebvre (1991), observa-se contradições entre *apropriação* e *propriedade*. Nesse contexto, o espaço mercantilizado tem sua função social subordinada às necessidades mercadológicas, ou seja, o valor de troca sobrepõe o valor de uso do espaço. A consequência primeira dessa dinâmica social em relação aos espaços é a destinação prioritária a funções mercantis e de reprodução do sistema capitalista. Isso significa que, de modo geral, as expressões das socioespacialidades humanas

internalizam as contradições e conflitos da dinâmica social de um determinado período histórico.

As contradições e os conflitos relacionados à socioespacialidade no contexto do capitalismo podem ser verificadas tanto nas cidades como no campo. Nota-se que os estudos da psicologia e de subáreas, como a Psicologia Ambiental, ao priorizar o contexto urbano, negligenciam fenômenos psicossocioespaciais ligados à realidade rural (LEITE et al., 2013). É importante destacar que não está sendo sugerido que o estudo do rural ignore as produções intelectuais sobre o urbano. Fazer isso seria desconsiderar a noção de totalidade do capital e a relação existente entre rural e urbano. É preciso evidenciar, no entanto, as particularidades das vivências do rural para que a psicologia como ciência e profissão consiga produzir saberes e práticas contextualizadas.

Trabalhar com a noção de rural requer, antes de tudo, a compreensão da coexistência e pluralidade dos modos de vida desse contexto, o que abarca tanto o ponto de vista espacial, como as relações sociais estabelecidas no e com o ambiente em questão (BRANDENBURG, 2010; LEITE, 2015). Falar de ruralidades não é resumir esse contexto à um debate econômico. O trabalho com a terra ou a luta por acesso a ela envolve, além da questão da produção em si, transformações reais e simbólicas que engendram as expressões culturais, formas de sociabilidade e organização sociais, relação com a natureza, etc. (SAUER, 2003). Portanto, inserir-se nesse debate requer o uso de categorias de análises e conceitos de diversas disciplinas, afinal, trata-se de uma realidade complexa e em constante transformação (SILVA; MACEDO, 2017).

Dos contextos rurais brasileiros, este ensaio evidencia aspectos psicossocioespaciais ligados ao semiárido. Para iniciar esse debate é preciso compreender que o semiárido é também diverso. Nesse sentido, cabe realizar uma breve caracterização dessa região brasileira

para em seguida discutir o fenômeno da seca e as disputas territoriais em torno dos *hidroterritórios*.

Hidroterritórios: disputas, apropriações e relevância da água no semiárido nordestino

Apesar de ser corriqueiramente confundido com o Nordeste, a região semiárida abrange também parte do Estado de Minas Gerais. Atualmente 1.262 municípios compõem esse *território* (resolução Nº 115, de 23 de novembro de 2017). Uma das principais características desse cenário é ter déficit hídrico maior ou igual a 60%, levando em conta todos os dias de um ano. Isto significa que chove menos do que se evapora de água (MALVEZZI, 2007). Além disso, o volume médio de chuvas deve ser menor ou igual a 800 mililitros/ano e o Índice de Aridez de Thornthwaite, menor ou igual a 0,50 (resolução Nº 115, de 23 de novembro de 2017).

Pernambuco, que possui região semiárida, é o Estado do Brasil que menos dispõe de água, com média de volume de 1.270 m³/pessoa/ano. O Rio Grande do Norte possui 1.654 m³/pessoa/ano. Certamente essas médias não traduzem a realidade de cada microrregião destes estados, mas trazem uma noção geral de seus potenciais hídricos. Em regiões brasileiras que possuem índices de chuva superiores, a média de água disponível por pessoa fica próxima à média do semiárido devido a concentração populacional. Este é o caso do Estado de São Paulo que dispõe de 2.209 m³/pessoa/ano e do Rio de Janeiro, com 2.189 m³/pessoa/ano. A conclusão que se pode chegar é que a água está presente no semiárido, o que não quer dizer que ela é acessada pela população (MALVEZZI, 2007).

Não é, no entanto, apenas o acesso aos recursos hídricos que deve ser garantido para se viver no semiárido, é preciso também desenvolver a economia local e para isso, necessita-se de água para produção, além, é claro, de terra. Esses são, porém, grandes problemas dessa região marcada historicamente pela concentração de recursos. Aliás, essa é a história que marca ainda hoje o Brasil como um todo. Nesse sentido, as técnicas desenvolvidas para lidar

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

com a água neste território são atravessadas pelo contexto político e econômico da região. Isso inclui desde tecnologias sociais de menor impacto até projetos de alto impacto como é o caso da transposição do Rio São Francisco que obedece à lógica do agronegócio voltado à exportação (MALVEZZI, 2007).

A derivação do conceito de território desenvolvida por Torres (2007) auxilia a análise das dinâmicas socioespaciais humanas no contexto do semiárido, desenvolvendo o termo hidroterritório. Ele traz a centralidade da água para compreender o desenvolvimento dos processos sociais na região. Em suas palavras:

Entende-se como hidroterritórios, aqueles territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água, por exemplo, pela implantação de um canal, barragem ou açude entre outras obras hídricas. No aspecto de formação territorial, o hidroterritório pode assumir dimensões e delimitações múltiplas, a origem e trajetória da água é que vai demarcar seu tamanho e forma. (TORRES, 2007, p. 14–15)

Vale ressaltar que a categoria território não se encontra no espaço a priori. Trata-se de uma manifestação humana, material e simbólica, sobre determinada localidade. Portanto, é seu uso e seu contexto que definem o território (SANTOS, 1998, 2007). Isto traz para o conceito dinamicidade que, por sua vez, não deve ser entendida como uma baixa precisão da definição, mas, antes, como uma forma de abordar a realidade em sua complexidade.

A manutenção de determinado território demanda o exercício de poder sobre ele (ANDRADE, 1998). A etimologia da palavra traz uma conotação negativa associada ao domínio do espaço geográfico: terror ou aterrorizar (HAESBAERT, 2007). Obviamente, esse tipo de identificação com determinado território serve àqueles que não usufruem dele. Para os que o acessam, o território pode desencadear o processo de apropriação espacial, gerando, assim, autoidentificação e/ou apego além de outros fenômenos psicossocioespaciais.

É preciso observar que a economia global ligada ao desenvolvimento do capitalismo, cria uma dinâmica específica em relação ao domínio e apropriação dos territórios (BENKO, 1998). Abre-se possibilidade para o controle de espaços à distância ligados por diversas formas de processos sociais, como aponta Santos (1998, 2007). Esse tipo de relação social desenvolvida com e no espaço é também observada no manejo dos hidroterritórios. Instituições como o Banco Mundial e empresas transnacionais avançam sobre as reservas de água pelo mundo, criando, nos casos em que existe possibilidade de resistência, conflitos com as populações locais. (TORRES, 2007; TORRES; LIMA; VIANNA, 2007).

É nesse sentido que, para analisar a categoria território, deve-se levar em consideração os agentes que dominam os espaços e as dinâmicas sociais que nele ocorrem ou dele decorrem. É preciso observar que a criação de territórios pode gerar a desterritorialização de populações e uma conseqüente reterritorialização (ANDRADE, 1998; HAESBAERT, 2007), já que os povos translocados, isto é, forçados a sair de sua localidade, firmam-se em outro espaço de alguma maneira. Esse tipo de cenário pode ser verificado nos processos de controle dos reservatórios de água, seja ele destinado à geração de energia, irrigação ou abastecimento humano. A finalidade da água será determinada pelos atores que dominam o território e não necessariamente pelos anseios ou uso habitual das populações de seu entorno. Não por acaso conflitos decorrentes do controle da água são observados por todo o mundo e o semiárido, como se sabe, é também um campo de disputa (TORRES, 2007).

A força do capital, ao direcionar o uso dos hidroterritórios no semiárido, tange - para utilizar o termo popular referente ao estímulo dado aos animais para marcharem - as apropriações possíveis da população da região. No entanto, mesmo submetidos às forças remotas escamoteadas pela sua complexidade, a vida acontece; desenvolve-se modos de vida que lidam com essa dinâmica hegemônica. Isso significa que, ainda assim, o território que se habita pode ser metamorfoseado (SANTOS, 1998).

Conclusão

Pode-se constatar, cada vez mais, a heterogeneidade do semiárido brasileiro, o que torna pertinente o estudo das relações pessoa-ambiente e seus modos de vida nessas localidades. As contribuições da Psicologia Ambiental para o debate e estudo do tema visam suprir a escassez de estudos sobre contextos rurais, visto que a ciência psicológica, assim como outras ciências, tem priorizado o estudo de fenômenos urbanos. Além disso, a leitura do espaço geográfico a partir da categoria território contribui com os estudos das relações pessoa-ambiente por trazer os atravessamentos da dimensão política, econômica e cultural, o que implica abarcar a totalidade dos fenômenos.

Por fim, conclui-se que o que está em jogo nas disputas travadas entre aqueles que dominam (termo relacionado mais ao valor de troca) os territórios e os que desejam se apropriar (termo mais atrelado ao valor de uso) dele, é, em algum nível, o controle dos processos psicossocioespaciais. Resta saber se estes estão relacionados à sua emancipação coletiva ou servindo estritamente ao acúmulo de capital.

Referências

- ALTMAN, I.; LOW, S. M. **Place Attachment**. Nova York: Plenum, 1992.
- ANDRADE, M. C. DE. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; MARIA ADELIA, D. S.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). . **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 213–221.
- BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M.; MARIA ADELIA, D. S.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). . **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 51–71.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. DE A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**2, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011.
- BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & sociedade**, v. 13, n. 2, p. 417–428, 2010.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. IX, n. 17, p. 19–46, 2007.
- LEFREBvre, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell. (Obra originalmente publicada em 1974), 1991.
- LEITE, J. F. et al. A formação em psicologia para a atuação em contextos rurais. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Orgs.). . **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFERN, 2013. p. 27–56.
- LEITE, J. F. Movimentos sociais e ruralidades no Brasil. In: **Hacia una psicología rural latinoamericana**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 97–102.
- MALVEZZI, R. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.
- MOORE, G. T. Estudos de comportamento ambiental. In: SNYDER, J. C.; CATANESE, A. (Orgs.). . **Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: Campus, 1984. p. 65–88.
- PIRES, A. P. N.; FERREIRA, I. M. **Cercas e secas: reflexões sobre a água no nordeste semi-árido**. XIII Jornada do Trabalho. **Anais...Presidente Prudente/SP: 2012**
- POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ ROJAS, L.; POL, E. (Orgs.). . **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996. p. 1–49.
- PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. Place identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, v. 3, p. 57–83, 1983.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; MARIA ADELIA, D. S.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). . **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 15–20.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.). . **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.

13–21.

SAUER, S. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. **Anais...**Campinas, São Paulo: 2003

SILVA, A. P. S.; TASSARA, E. T. O. Sistemas agroflorestais: ressignificação de vivências em assentamento rural periurbano. **Psico**, v. 45, n. 3, p. 328–339, 2014.

SILVA, K. DE B. E; MACEDO, J. P. Psicologia e ruralidades no Brasil: contribuições para o debate. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 3, p. 815–830, 2017.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2007.

TORRES, A. T. G.; LIMA, V. R. P. DE; VIANNA, P. C. G. Hidroterritórios: uma proposta metodológica para estudos territoriais da cultura da água. p. 1–10, 2007.

TORRES, A. T. G.; VIANNA, P. C. G. Hidroterritórios: a influência dos recursos hídricos nos territórios do semi-árido nordestino. **Terra Livre**, v. 2, n. 31, p. 145–162, 2008.

VIDAL, T.; POL, E. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. **Anuario de Psicología**, v. 36, n. 3, p. 281–297, 2006.

WIESENFELD, E. A Psicologia Ambiental e as diversas realidades humanas. **Psicologia USP**, v. 16, n. 1–2, p. 53–69, 2005.